

Supremo Tribunal Federal
SERVIÇO DE JURISPRUDÊNCIA
DJ 26.02.93
EMENTÁRIO Nº 1693 - 1

148

28/11/91

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 571-5 DISTRITO
FEDERAL

REQUERENTE: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

REQUERIDOS: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
CONGRESSO NACIONAL

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LIMINAR - CRÉDITO ALIMENTÍCIO - PRECATÓRIO. Na dicção da ilustrada maioria do Plenário do Supremo Tribunal, não concorrem os pressupostos indispensáveis à concessão de liminar, no que impugnado, sob o ângulo constitucional, o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, por submeter, ao sistema de precatórios, o pagamento de obrigações de natureza alimentícia a cargo da Fazenda Pública. Entendimento contrário sustentado pelo Relator - vencido - e por dois outros integrantes do Tribunal - respectivamente Ministros Marco Aurélio, Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence. Registro cabível em face da ausência de deslocamento da redação do acórdão.

A C Ó R D ã O

01693010
05550000
05711000
00000130

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em indeferir o pedido de medida cautelar, vencidos os Ministros Relator, Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence, que a deferiam, para suspender a eficácia do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.197, de 27.06.91.

Brasília, 28 de novembro de 1991.

MOREIRA ALVES - PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO - RELATOR



06.11.1991

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 571-5 DISTRITO FEDERAL

LIMINAR

RELATOR : O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO

REQUERENTE: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

REQUERIDOS: PRESIDENTE DA REPÚBLICA E CONGRESSO NACIONAL

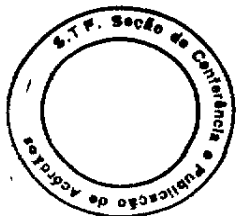
R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil ajuíza a presente demanda direta de inconstitucionalidade contra o parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991, que tem a seguinte redação:

01693010
05550000
05712000
00000270

"Parágrafo único - É assegurado o direito de preferência aos credores de obrigações de natureza alimentícia, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciais".

Sustenta o Requerente que a imposição do precatório conflita com o disposto na primeira parte do artigo 100 da Constituição Federal, no que excepciona do sistema os créditos de natureza alimentícia. Discorre sobre a interpretação da norma constitucional, aludindo a parecer do filólogo Antonio

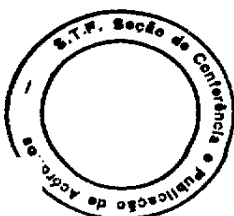


2

ADIn 571-5-DF (Medida Liminar)

Houaiss, membro da Academia Brasileira de Letras, sobre o alcance vernacular do dispositivo constitucional. Também é analisado o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte que desaguou na inserção do preceito no texto da atual Carta. A partir de trecho de pareceres do Ministro Rafael Mayer e do ilustre Subprocurador-Geral da República, Osvaldo Flávio Degrazia, afirma-se que, com a citada norma constitucional, excluíram-se do sistema de precatório os créditos de natureza alimentícia, cujo fim precípua, segundo o sustentado, seria atender às necessidades básicas e inadiáveis do credor. Assenta o Requerente o convencimento sobre o periculum in mora e pleiteia a concessão de liminar que suspenda a eficácia do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991. Com a inicial vieram os documentos de folhas 20 a 30.

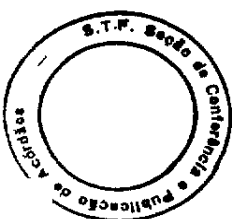
É o relatório.



V O T O01693010
05550000
05713000
01570300

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Ao primeiro exame, o artigo 100 da Constituição Federal disciplina os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, jungindo-os à ordem cronológica de apresentação dos precatórios e colocando-os à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para tal fim. A regência geral foi precedida de expressão exceptuadora "à exceção dos créditos de natureza alimentícia", o que atrai, em análise preliminar, o convencimento do concurso do sinal do bom direito, no que pleiteada a suspensão da eficácia de ato normativo que submete a satisfação de tais créditos ao sistema dos precatórios, muito embora estabelecendo preferência em relação aos credores comuns. O periculum in mora fica evidenciado quando se perquire o objetivo dos créditos de natureza alimentícia - prover a subsistência do credor - e se constata que tal desiderato fica projetado no tempo a partir do instante em que se acolhe a necessidade de expedição de precatório. É suficiente, para concluir-se pelo risco que decorre da vigência do preceito, levar em conta a regra do §

m

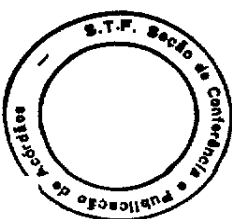


ADIn 571-5-DF (Medida Liminar)

1º do referido artigo. A inclusão do valor do precatório no orçamento das entidades de direito público é feita considerada como data final de apresentação o dia 1º de julho, oportunidade em que o valor é atualizado, tendo a Fazenda o período correspondente ao exercício seguinte para fazer o pagamento. Concedo a liminar para suspender a eficácia do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.197, de 27 de junho de 1991.

É o meu voto.

1



EXTRATO DA ATA

ADIn 571-5 - DF - medida liminar

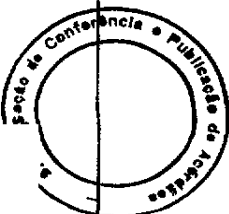
Rel.: Min. Marco Aurélio. Repte.: Conselho Federal da Or
dem dos Advogados do Brasil (Advs.: Reginaldo Oscar de Castro e ou
tro). Reqdos.: Presidente da República e Congresso Nacional.

Decisão: Após o voto do Relator, deferindo a medida caute
lar para suspender a eficácia do parágrafo único do art. 4º da Lei
nº 8.197, de 27.6.91, pediu vista dos autos o Min. Néri da Silvei
ra. Plenário, 06.11.91.

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à
sessão os Senhores Ministro Néri da Silveira, Octavio Gallotti, Célio
Borja, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Au
rélio e Ilmar Galvão. Ausentes, justificadamente, os Senhores Minis
tros Moreira Alves e Paulo Brossard.

Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antônio Machado da
Silva, substituto.


LUIZ TOMIMATSU
Secretário



28/11/91

TRIBUNAL 154 PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE(M.CAUT.) Nº 00005715/600

V O T O (VISTA)

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA : -

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil aforou ação direta de inconstitucionalidade do parágrafo único do art. 4º, da Lei nº 8.197, de 27/6/1991, que reza:

"Art. 4º. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal e pelas autarquias e fundações públicas, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica de apresentação dos precatórios judiciais e à conta do respectivo crédito.

"Parágrafo único. É assegurado o direito de preferência aos credores de obrigações de natureza alimentícia, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciais."

Sustenta-se que o transcrito parágrafo único, embora aparentemente beneficie aos credores de obrigações alimentícias, "lança-os, de fato, impiedosamente, na vala comum dos precatórios judiciais, com nítida supressão ou, no mínimo, redução de alcance, da excepcionalidade que lhes conferiu o art. 100, da Constituição da República", "in verbis":

"Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judicial, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim."

Depois de fazer exame da origem da norma do art. 100 suso transcrito, diante dos trabalhos constituintes, o autor reafirma que "os créditos de natureza alimentícia estão

J. Néri

/MCA



01693010
05550000
05713010
01350450

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (M.CAUT.) Nº 00005715/600

excluídos do regime de pagamento através de precatório" (fls. 11), acrescentando, ainda, às fls. 15, "verbis": "27. A exceção posta no frontispício do artigo 100 não comporta temperos. Ou a ela se conformam as regras processuais e de execução orçamentária, ou se lhe nega aplicação." Noutro passo, aduz a inicial, sustentando a cautelar pleiteada (fls. 18):

"36. A prevalecer em vigência o dispositivo legal ordinário cuja inconstitucionalidade é patente, os créditos de natureza alimentícia ficarão à mercê da boa vontade do Executivo e do Legislativo, como sucedia antes da Carta de 1934.

37. Os injustos e irreparáveis prejuízos decorrentes da demora do pagamento de tais créditos, no regime inflacionário que o País de há muito vivencia, agrava substancialmente os danos, reduzindo a nada direitos por anos perseguidos.

38. De outro lado, enquanto crédito de natureza alimentícia, é de se presumir que servirão às necessidades básicas e inadiáveis do credor.

39. Inúmeras outras circunstâncias estão a iluminar o "periculum in mora", sendo imperiosa a suspensão da eficácia da indigitada norma, para que flua lícitamente o princípio consagrado na exceção contida no artigo 100 da Constituição da República.

40. A par disso, os argumentos trazidos à apreciação dessa colenda Corte ensejam inequívoca percepção do "fumus boni iuris", pois evidenciam a patente desconformidade do dispositivo legal ordinário com a mencionada norma constitucional."

2. O ilustre Ministro Marco Aurélio concedeu a liminar para suspender a eficácia do parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 8.197, de 27/6/1991.

3. Dispunham o art. 117 e seus parágrafos, da Emenda Constitucional nº 1/1969:

"Art. 117. Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos

J. Néri



/MCA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (M. CAUT.) Nº 00005715/600

156

precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extraordinários abertos para esse fim.

§ 1º. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento dos seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até primeiro de julho.

§ 2º. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente. Caberá ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor preterido no seu direito de precedência, ouvido o chefe do Ministério Público, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito."

Nesse sentido, outrossim, as normas do Código de Processo Civil, relativas à execução contra a Fazenda Pública, em seus arts. 730 e 731, "verbis":

"Art. 730. Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, citar-se-á a devedora para opor embargos em dez (10) dias; se esta não os opuser, no prazo legal, observar-se-ão as seguintes regras:

I. o juiz requisitará o pagamento por intermédio do presidente do tribunal competente;

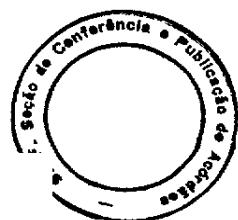
II. far-se-á o pagamento na ordem de apresentação do precatório e à conta do respectivo crédito.

"Art. 731. Se o credor for preterido no seu direito de preferência, o presidente do Tribunal, que expediu a ordem, poderá, depois de ouvido o Chefe do Ministério Público, ordenar o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito."

A Lei nº 4.320, de 17/3/1964, que traça normas gerais sobre orçamento, prevê, à sua vez, os pagamentos de dívidas pela Fazenda Pública, decorrentes de sentença judiciária, ao estipular no art. 67, no Capítulo "DA DESPESA",

J. N. M.

/MCA



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (M. CAUT.) Nº 00005715/600

"verbis":

"Art. 67. Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim."

A Constituição de 05 de outubro de 1988, dispondo sobre essa matéria, preceituou no art. 100 e parágrafos:

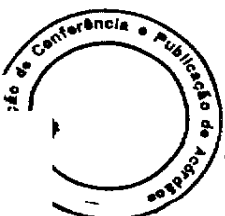
"Art. 100. À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.

§ 1º. É obrigatória a inclusão, no orçamento das entidades de direito público, de verba necessária ao pagamento de seus débitos constantes de precatórios judiciais, apresentados até 1º de julho, data em que terão atualizados seus valores, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte.

§ 2º. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias respectivas à repartição competente, cabendo ao Presidente do Tribunal que proferir a decisão exequenda determinar o pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para o caso de preterimento de seu direito de precedência, o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito."

4. Dessa maneira, os pagamentos dos requisitórios ou precatórios devem ser feitos, mantendo-se a ordem de recebimento dos mesmos (Emenda Constitucional nº 1/1969, art. 117, "caput"; CPC, art. 730, II; Constituição de 1988, art.

J. Neri



/MCA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (M. CAUT.) Nº 00005715/600

158

100), que, a isso, são numerados e atendidos em ordem crescente. Em consequência, a quem preterido no direito de preferência em receber a quantia requisitada faculta-se requerer, ao presidente do Tribunal, que se expeça ordem de seqüestro da importância necessária para satisfazer o débito (EC nº 1/1969, art. 117, § 2º; CPC, art. 731, Constituição de 1988, art. 100, § 2º). Dã-se ao credor, assim, meio eficaz de defender seu direito, em caso de preterição, no dizer de MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, "in" COMENTÁRIOS À CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA, 3ª. ed., pág. 467.

PAULO SARASATE, "in" "A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL AO ALCANCE DE TODOS", pág. 432, examinando o "fortalecimento das decisões contra a Fazenda Pública", anotou, acerca da Carta de 1967: "O artigo 112, com a complementação de seus parágrafos, representa uma segurança, para as partes, no sentido do exato cumprimento das decisões judiciais contra a Fazenda Pública, que, por ser órgão do Governo, portanto, de um dos Poderes da República, deveria dar exemplo no fiel e imediato cumprimento às ordens da Justiça."

Referindo-se, de outra parte, ao precatório, observa VLADIMIR SOUZA CARVALHO, "in" INICIAÇÃO AO ESTUDO DO PRECATÓRIO, Rev. Informação Legislativa, nº 76, pág. 338: "O precatório existe porque a Fazenda Pública foi parte e foi vencida. Se seus bens fossem penhoráveis, como os bens do particular, atendendo-se as exceções legais, não haveria necessidade de precatório. Diante da impenhorabilidade de seus bens, criou-se o precatório. Em primeiro lugar, porque não tem sentido que o Estado exproprie seus próprios bens para atender as execuções que lhe são movidas; em segundo lugar, porque os pagamentos devidos pela Fazenda devem ser rigorosamente ordenados e controlados, a fim de evitar mal maior, e que viessem os bens públicos a ser afetados por interesse particular, conforme salienta SÉRGIO SAHIONE FADEL."

De outra parte, no que concerne às pessoas de direito público - União, Estados, Municípios e suas autarquias, -hã de fazer, à sua vez, incluir no orçamento, por iniciativa do Poder Executivo, o "quantum" destinado ao pagamento de débitos judiciais, constantes de precatórios apresentados até primeiro de julho, data em que terão atualizados seus valores (EC nº 1, de 1969, art. 117, § 1º;



/MCA

J. Neri

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE(M.CAUT.) Nº 00005715/600

Constituição de 1988, art. 100, § 1º). Escreveu, no particular, FERREIRA FILHO, "in" op. cit., págs. 466/467:

"A regra contida no "caput" deste artigo moraliza porque impede sejam alguns credores da Fazenda beneficiados em prejuízo de outros, recebendo preferência na satisfação de seus créditos. Essa regra, porém, não resolve o problema da falta de verba que adia o pagamento. Com efeito, até a promulgação da Constituição vigente, não estavam as pessoas jurídicas de direito público obrigadas a incluir em seus orçamentos o necessário para o atendimento às condenações judiciais. O preceito em tela é uma elogiável inovação da Lei Fundamental de 1967. Por ela, ficam as pessoas de direito público - o que significa a União, o Estado, os Municípios e suas entidades descentralizadas - obrigadas a incluir em seus orçamentos a previsão do necessário para satisfazer, pelo menos, os pagamentos em razão de condenação judicial, requisitados até 1º de julho. O sistema ainda não é perfeito, eis que freqüentemente se "congelam" parcialmente as dotações orçamentárias. Todavia, representa inegável progresso."

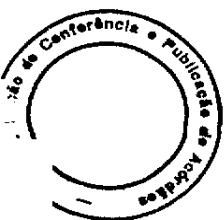
Observou, de outra parte, no regime constitucional anterior, o ilustre professor CELSO NEVES, "in" COMENTÁRIOS AO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, vol. VII, 2ª. ed., pág. 196:

"A Constituição vigente estabelece, em seu art. 117, a disciplina fundamental da matéria, calcada no pressuposto, de "lege lata", da imunidade dos bens da Fazenda Pública à penhora, em princípio eliminável, mantido, todavia, como solução de técnica legislativa. Não há, pois, como pensar-se em penhora, nas execuções contra qualquer das pessoas jurídicas de direito público interno, razão essa que determina a disciplina especial em exame da execução contra a Fazenda Pública."

5. Dessa maneira, ficam os pagamentos de dívidas, pela Fazenda Pública, decorrentes de sentença judiciária,

D. Neri

/MCA



160

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE(M.CAUT.) Nº 00005715/600

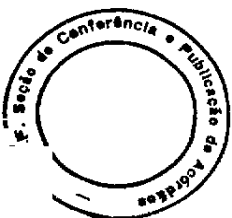
pendentes dos requisitórios em apreço e de inclusão na despesa anualmente orçamentada. Sem autorização e dotação de natureza orçamentária, o pagamento dos valores constantes dos requisitórios não se pode dar, salvo disciplina específica de nível legislativo. Tais débitos connumeram-se entre as despesas públicas, em cada exercício, não obstante a obrigatoriedade de sua realização, ao ensejo da execução orçamentária. Não é lícito ao Poder Executivo, nesse sentido, "ad exemplum", deixar de consignar ao Poder Judiciário as dotações orçamentárias e os créditos abertos a esse fim, diante da regra do art. 100, § 2º, da Constituição. Se o precatório representa, enquanto instituto de índole constitucional, desde a Carta Política de 1934, medida moralizadora, na expressão de PONTES DE MIRANDA, impedindo favorecimentos, no que concerne aos pagamentos das quantias devidas pela Fazenda Pública, em virtude de sentenças judiciais, assegurando ao credor de entidade pública o recebimento de seu crédito, força é reconhecer, entretanto, que, pela sistemática e limitações resultantes das normas constitucionais, trata-se de garantia que está a demandar aperfeiçoamento, em seu processo, no interesse da justiça, a amparar, de forma mais eficaz e pronta, os que são credores do Tesouro federal, estadual ou municipal, notadamente em se cuidando de obrigações de natureza alimentícia.

Diante dos aspectos que envolvem a sistemática de pagamentos de débitos da Fazenda Pública Federal, Estadual ou Municipal, provenientes de sentenças judiciais, não considero, desde logo, que dispensem o uso de precatórios os pagamentos de créditos de natureza alimentícia, a que se refere a parte inicial do art. 100, da Constituição de 1988.

Em realidade, se dispensáveis fossem os precatórios na espécie, certo é que necessárias continuariam sendo as previsões orçamentárias, em cada exercício, de valores, a esses pagamentos, destinados. Se o sistema dos pagamentos em exame, com a utilização de precatórios, e as garantias deles decorrentes se mantêm, inequivocamente, quanto aos créditos de natureza não-alimentícia, -de se questionarem são a forma e o tempo em que se daria o pagamento dos créditos de natureza alimentícia, contra a Fazenda Pública, resultantes de sentenças judiciais, à míngua de explícita disciplina constitucional, à vista da impenhorabilidade dos bens públicos

J. Neri

/MCA



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (M. CAUT.) Nº 00005715/600

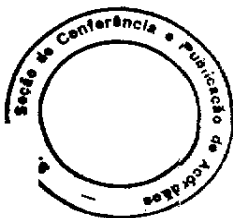
e diante do complexo de normas que regula as despesas públicas, aí incluídos os pagamentos de créditos contra o Erário, de qualquer natureza, sendo exato que o art. 167, VII, da Constituição, desde logo, veda "a concessão ou a utilização de créditos ilimitados." Essas anotações, por si sós, evidenciam a dificuldade dos pagamentos de créditos provenientes de sentenças judiciais, sem que haja previsão orçamentária específica, cumprindo observar, ainda, que tais requisições poderiam suceder, em qualquer tempo, durante o exercício financeiro.

7. O dispositivo legal impugnado, a meu ver, contempla a distinção que corresponde à inovação introduzida pela Carta de 1988, na medida em que separa os créditos de natureza alimentícia, prevendo, quanto a eles, forma de pagamento, pela Fazenda Pública, mais expedita, ao assegurar direito de preferência a esses credores, relativamente aos demais, dispondo, outrossim, que, entre eles, se obedecerá "a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciais." Precisamente no fato de não se sujeitarem esses créditos de natureza alimentícia à concorrência com outros créditos, de ordinário, extremamente, volumosos, qual sucede, cada ano, com os precatórios relativos a sentenças em ações de desapropriação de imóveis, são eles tratados em termos privilegiados. Enquanto não se dispuser de normas de base constitucional, que tornem viável e certo o pagamento imediato de créditos contra a Fazenda Pública, resultantes de sentenças judiciais, com a só apresentação do requisitório judicial, à Repartição pagadora, a utilização do precatório, segundo disciplina específica, com as garantias da Constituição aos credores, que logram preferência, enquanto titulares de créditos de natureza alimentícia, não tenho, "data venia", como considerar relevante a arguição de invalidade de regra, qual a constante do parágrafo único do art. 4º, da Lei nº 8.197, de 27/6/1991.

8. Por último, não se demonstrou, de qualquer sorte, o "periculum in mora", a justificar a imediata suspensão da eficácia da norma, objeto da ação, cumprindo, no ponto, ter presente que esse requisito não cabe reconhecido, tão-só, diante de eventual relevância dos fundamentos da ação. Não há ver, na espécie, perigo de dano irreparável a titulares de

/MCA

J. Neri



Supremo Tribunal Federal

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (M.CAUT.) Nº 00005715/600

162 9

créditos de natureza alimentícia, na hipótese de os pagamentos se processarem, com a utilização de precatórios, guardada a preferência prevista na regra legal em exame.

9. Do exposto, indefiro a medida cautelar.

J. Néri

/MCA



28-11-91

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 00005710/600

163

01693010
05550000
05713020
01580500

V O T O

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO: Sr. Presidente, meu entendimento coincide exatamente com o que acaba de ser exposto pelo eminente Ministro Néri da Silveira.

Também acho que a separação, feita pela atual Constituição, dos precatórios relativos a verbas alimentícias, dentre os demais, contribuiu, em muito, para acelerar o pagamento de tais créditos, que estavam a reclamar mais urgência em sua solução.

Aliás, diga-se de passagem, não foi somente esse o progresso introduzido pela nova Carta, nesse setor. Outra alteração de monta foi introduzida: a atualização monetária dos valores requisitados, à data de primeiro de julho. Com essa medida, os pagamentos feitos no ano seguinte estarão desatualizados, no máximo, em apenas 18 meses e, no mínimo, em 6 meses, segundo sejam atendidos em dezembro ou em janeiro.

Conquanto não interesse ao presente julgamento, é bom que se anote que, com essa ordem de atualização dos valores dos precatórios em 1º de julho, uniformizou-se o procedimento a ser adotado na elaboração da proposta orçamentária, já que, como se sabe, não apenas as despesas com custeio, mas também com investimento, são consideradas por seus valores naquela data, cumprindo ao órgão encarregado da distribuição dos duodécimos efetuar a atualização de cada parcela, com base na inflação verificada entre 1º de julho e a data da distribuição.

Acredito que o constituinte, nesse ponto, acenou com a possibilidade de também serem atualizadas as parcelas dos requisitórios, de molde a permitir que os respectivos créditos possam ser integralmente satisfeitos no decorrer do exercício orçamentário, como acontece com os demais encargos do Poder Público. Nada, na verdade, impede, ou poderia impedir, que assim fosse, que essas execuções contra a Fazenda pudessem ser extintas no exercício seguinte àquele em que se deu a apresentação do precatório, sem necessidade de retornar o processo para novos cálculos de atualização, a cada ano, a fim de que novos precatórios complementares sejam expedidos, numa sucessão de operações da mesma



/dcll

164

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 00005710/600

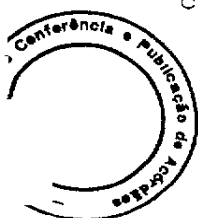
espécie que jamais chega ao fim, convertendo tais execuções naquilo que já foi cunhado, nesta Corte, como renda perpétua. Na verdade, do modo como se opera, presentemente, esse tipo de pagamento, o que ocorre é a conversão do crédito em renda perpétua, já que, anualmente, ou de dois em dois anos, novo precatório complementar é expedido, sem condições de extinguir o crédito, já que é atendido, invariavelmente, com mais de seis meses de atraso.

Não obstante o propósito do constituinte não tenha sido, até aqui, assimilado pela Administração, nem sequer pelo Poder Judiciário, que continua praticamente resistindo à inovação, o certo é que foi ainda introduzida essa outra reforma salientada pelo eminente Ministro Néri da Silveira, evitando-se que credores de verbas de caráter alimentício se vejam na contingência de terem de enfileirar-se com credores outros, como, v.g., expropriados, muitos dos quais titulares de crédito capazes de absorver, por si sós, toda a verba posta pelo Poder Público à disposição do Tribunal, em determinado exercício.

Sr. Presidente, na verdade, não há como interpretar-se o art. 100 da Constituição Federal senão no sentido de que duas ordens de precedência devem ser organizadas para os precatórios: uma, preferencial, para os alusivos aos créditos de natureza alimentícia, e outra, para os demais. Principalmente, porque, do contrário, à ausência de norma regulamentadora dos pagamentos dos primeiros, ficariam eles sem solução, ou, quando muito, sujeitos à boa vontade dos administradores de despesa, que passariam a atender aos credores segundo as suas conveniências. Valeria, na verdade, por abrir-se uma larga porta à corrupção, porta essa que, aliás, já foi forçada, como nos dão conta os escandalosos pagamentos feitos pela Previdência Social diretamente aos interessados, por vultosos créditos resultantes de sentença judicial, não obstante a expressa vedação introduzida em nossas Constituições, a partir de 1937.

Não há dúvida de que os últimos escândalos da Previdência só se devem à inobservância da expedição dos precatórios, cujo processamento, como se sabe, passam invariavelmente pelo crivo da Procuradoria da República, cuja atenção seria fatalmente despertada para os despropositados valores atribuídos a simples indenizações, nos Juízos da Baixada Fluminense, levando à coibição da fraude.

Com essas considerações, Sr. Presidente, com a devida vênia do eminente Relator, meu voto é também no sentido de negar a cautelar, não apenas por considerar irrelevante a questão suscitada



/dcll

165

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 00005710/600

na inicial, mas também por não vislumbrar o alegado **periculum in mora**.

*

*

*



/dcll



28.11.1991

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 571 DISTRITO FEDERAL

EXPLICAÇÃO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Senhor Presidente, apenas duas palavras para melhor explicitar as razões pelas quais cheguei à concessão da cautelar. Só temos, na ordem jurídica constitucional, um único sistema de precatórios, que é o sistema definido no artigo 100 da Lei Básica Federal. Se verificarmos esse sistema, ele continua com os aspectos que levam, constantemente, à situação esdrúxula apontada pelo nobre Ministro Ilmar Galvão. Quando se chega a receber o quantitativo de um determinado precatório, alcança-se a satisfação de três a cinco por cento do débito atualizado na data do recebimento, e, aí, por exemplo, no caso da desapropriação, a justa indenização torna-se uma renda, como salientado por S. Exa., em que pese a perda da propriedade.

No § 1º do artigo 100 alude-se à apresentação dos precatórios, até julho, e à obrigatoriedade de os valores a que se referem constarem do orçamento. Para que? Para que o devedor, a Fazenda, satisfaça-o no exercício seguinte. Então podemos ter, segundo o disposto no § 1º do artigo 100, um hiato de tempo considerável entre a apresentação em si do precatório e o pagamento, chegando mesmo a dois anos.

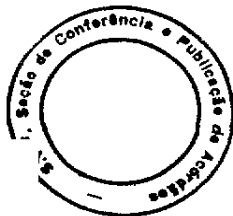


ADIn 571-DF

118.000.000,7
A Constituição de 1988 trouxe, a meu ver, uma novidade substancial que é a exclusão do sistema dos precatórios, dos créditos de natureza alimentícia, certamente porque, quando se cogita de crédito de natureza alimentícia, tem-se presente que visa à subsistência da pessoa, a subsistência da família. Af, mediante expressão que, a meu ver, não permite qualquer dúvida, dispôs que a satisfação dos débitos da Fazenda far-se-ão pelo sistema de precatórios, à exceção dos créditos de natureza alimentícia.

A Lei impugnada nesta Ação Direta de Inconstitucionalidade inovou e, ao fazê-lo pelo menos ao primeiro exame, restringiu o preceito constitucional. Por que restringiu o preceito constitucional? Porque, em relação aos créditos alimentícios, ao contrário do que está no artigo 100, previu a satisfação via o mesmo sistema, sistema que projeta o pagamento, pelo menos, para dezoito meses após, e sem que haja nesses dezoito meses correção, recebendo o credor de dois a cinco por cento do total devido à época.

Opôs-se questão relativa às balizas do orçamento, mas não creio que haja problema maior quanto à suplementação de verbas. O Ministro Ilmar Galvão noticiou, com a experiência que S. Exa. tem, que há o repasse em duodécimos com a inclusão da correção monetária, que hoje está em torno de trinta por cento. Pois bem, esta correção não se pode prever, pelo menos com acerto aritmético, quando da aprovação da Lei



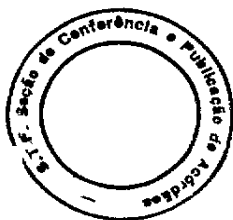
ADIn 571-DF

Orçamentária. Considerando esse mesmo aspecto é que o legislador constitucional fez inserir na Carta o preceito do artigo 165, § 8º, prevendo de forma clara a suplementação de créditos, tal como dispôs quanto à satisfação dos créditos alimentícios, afastando o nefasto precatório.

Por isso, Senhor Presidente, insisto na Óptica firmada quando prolatei o voto na assentada anterior, de que temos o sinal do bom direito e o periculum in mora, porque não acredito que alguém que precise de um crédito alimentício e dependa economicamente dele tenha fôlego para suportar uma espera de dezoito meses e, mesmo assim, receber desse crédito alimentício um quantitativo mínimo, equivalente a dois ou a cinco por cento do valor real devido. Periculum in mora não existe na hipótese? Só se desconhecemos a dependência econômica e o móvel, o objetivo maior do crédito de natureza alimentícia!

Peço vênia aos dois Colegas que se pronunciaram contrariamente, para reafirmar, nesta Sessão, o meu convencimento sobre a relevância do tema e também quanto ao concurso dos dois pressupostos indispensáveis à concessão da liminar, que são o sinal do bom Direito e o periculum in mora.

É o meu voto.



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 571-5 - DISTRITO FEDERAL
(Medida Liminar)

V O T O (VENCIDO)

01693010
05550000
05713040
01560740

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: -Sr. Presidente, já me manifestei a respeito do tema, por ocasião do julgamento da ADIn. nº 47, cujo julgamento foi interrompido em razão do pedido de vista de um dos eminentes Colegas. Tive oportunidade de expender, então, o meu entendimento a respeito do art. 100 da Constituição de 1988. Ao que penso, esse artigo exclui, em definitivo, os créditos de natureza alimentícia dos precatórios, de se tratando que tais créditos sejam pagos de imediato. O que acontece é que os pagamentos devidos pela Fazenda Pública, decorrentes de sentença judicial, far-se-ão mediante precatórios, observando-se a ordem cronológica de apresentação destes. Esta é a regra. A Constituição, entretanto, exclui expressamente da regra os créditos de natureza alimentícia. Quer dizer, os créditos de natureza alimentícia não estão sujeitos a precatórios, deverão ser liquidados imediatamente.

Na República velha, sob o pálio da CF/1891, não havia o precatório. Então, os créditos decorrentes de sentença judicial eram liquidados sem critério, os pagamentos se faziam em favor daqueles que fossem do agrado dos eventuais ocupantes do poder. O precatório, instituído pela Constituição de 1934, representou, na verdade, um avanço, constituiu-se num grande passo. Veio, entretanto, a inflação. Demorando a liquidação dos precatórios, verificou-se que, em razão da demora, essa liquidação resultava inócua, porque a inflação consumia com o crédito no processamento do precatório, comumente demorado.

O Ministro Ilmar Galvão e eu, que fomos juízes de 1º e 2º graus, que acompanhamos, por isso mesmo, em razão do ofício, a expedição e a liquidação de centenas de precatórios, sabemos como eles se tornaram inócuos. Daí porque sempre sustentamos — sustentação que tive a oportunidade de produzir neste Plenário — que os precatórios poderiam e deveriam ser indexados, para o fim de evitar que os pagamentos deles decorrentes se transformassem numa mentira, ou que instituísem essa outra situação revelada pelo Sr. Ministro Galvão: de tanto se repeti

Carlos Velloso



rem — e não há como deixar de repeti-los, dado que ocorre grande demora no seu processamento e a inflação é uma realidade — acabam se transformando numa pensão permanente em favor do exequente. Reporto-me, no ponto, ao voto que proferi quando a matéria — inedexação dos precatórios — voltou ao reexame do Tribunal Pleno, no RE nº 119.237-SP. Deixei expresso, então, o meu entendimento no sentido de que os precatórios podem e devem ser indexados, sem que isto constitua ofensa à Constituição. Fiquei, entretanto, vencido, na companhia honrosa de dois ou três eminentes Colegas.

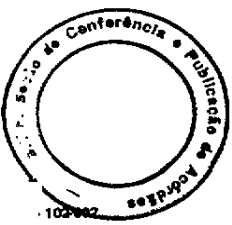
Por causa do que dizíamos, em razão da demora na liquidação dos precatórios, o constituinte de 1978 quis que os créditos de natureza alimentícia, dada a sua natureza, fossem liquidados de forma imediata, independentemente de precatório. É o que está escrito no art. 100 da Constituição.

Repito: o precatório representou, com a Carta de 1.934, um grande avanço. Mas a vida não pára, evolui. E o direito, que interessa à vida, também evolui. De modo que a ordem posta na Constituição vigente, no sentido da liquidação dos créditos de natureza alimentícia de forma imediata representa evolução. É preciso, então, que o legislador infraconstitucional atenda ao comando da Lei Maior, estabelecendo, ao tempo em que discipline o pagamento imediato dos créditos de natureza alimentícia, a defesa dos dinheiros públicos. Mas que cumpra a Constituição, que compreenda e apreenda as inovações trazidas pela Lei Maior e não raciocine reacionariamente.

O Sr.Ministro CÉLIO BORJA: -Creio que estamos todos de acordo em que nenhum ato do Estado pode deixar de estar disciplinado por uma certa regra; obedece a uma ordem. O Estado é ordem. Até os doutores costumam dizer que o Estado não é nada mais nada menos do que a ordem jurídica. Então, não é possível pensar-se num ato do Estado que não se subordine a uma ordem.

O Sr.Ministro CARLOS VELLOSO: -V.Exª traz ao debate uma questão de grande importância. Quando do julgamento da ADIn. nº 47-SP, tive a oportunidade de mencionar que é conhecida a divisão formal-conceitual do Estado, em Estado-Ordem Jurídica, que compreende a sua estrutura legislativa, e em Estado-sujeito-de-Direito, compreendendo os órgãos que compõem o Estado como poderes ou não (H. Nawiasky, Teoria General del Derecho,

mueller



1960, p. 94; H. Kelsen, *Théorie Pure du Droit*, 1962, ps. 378 e ss). Ora, o Estado-sujeito-de-Direito submete-se à lei e à jurisdição — e por isso é ele Estado-de-Direito — tal qual e nas mesmas condições dos administrados. Deve o Estado proceder, pois, da mesma forma como procedem os administrados, pagando, prontamente, os créditos de natureza alimentícia.

O Sr.Ministro CÉLIO BORJA: -Sr.Ministro Velloso, confesso a V.Ex^ª que estou profundamente abalado com a idéia da inconstitucionalidade do parágrafo único desse art. 4º, que está em discussão. Mas não é isso, a meu ver, o que está agora em debate. O ponto que gostaria de submeter a V.Ex^ª é relacionado à conveniência de conceder, ou não, a cautelar. Imaginemos que esse dispositivo do parágrafo único tenha a sua aplicação suspensa por decisão do Supremo Tribunal. Como se vai fazer o pagamento desses créditos alimentícios? Começo a pôr em dúvida a oportunidade, a conveniência do pedido de cautelar, porque entendendo que a intenção do autor da ação foi muito generosa, imaginando que, com a concessão da ordem se passasse a fazer o pagamento desses créditos à boca do cofre. Isso é rigorosamente impossível, porque nenhum tesoureiro, nenhum agente administrativo do Estado pode meter a mão no dinheiro do Estado e pagar alguém sem ter de atender a um conjunto de prescrições de tesouraria; pelo menos isso. Mas ainda, Sr.Presidente, como se destaca o numerário necessário para atender a esses créditos? São perguntas que me estou fazendo e não sei responder, porque não estou familiarizado com as regras de tesouraria; conheço alguma coisa, mas não tanto assim.

Agora, o que é básico, para mim, é que estou querendo que o Estado adote um procedimento expedito de pagamento de crédito alimentício. Não tendo sido magistrado de primeiro grau — só tive uma profissão, a de advogado, e também fui homem público, parlamentar, administrador público — conheço, Sr. Presidente, as misérias causadas pelas delongas dos pagamentos do Estado; eu as conheço, e como as conheço! Foi um avanço notável esse art. 100 da Constituição. Mas, não obstante, pergunto-me como serão feitos esses pagamentos, se suspensa a regra do parágrafo único do art. 4º? A intenção foi generosíssima, ao pedir ao Supremo Tribunal a concessão da cautelar, e eu a concederia, se pudesse, de alguma forma, obviar o trâmite desse pagamento, mas não vejo como. Se alguém me disser como isso pode ser operacionalizado, eu concedo.

mauro



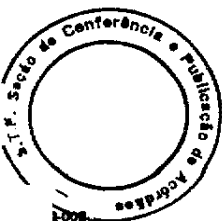
O Sr.Ministro CARLOS VELLOSO: -Sr.Presidente, comunho das apreensões do Sr.Ministro Célio Borja. Todavia, Senhor Presidente, não saberia ensinar aos integrantes do Poder Executivo e do Poder Legislativo como cumprir a Constituição, no ponto. É que não sou e nunca fui versado em questões orçamentárias, nem fui tesoureiro do Ministério da Fazenda. Então, quem tem que pensar em editar normas financeiras para o fim de dar cumprimento à Constituição, no ponto objeto dos nossos debates, é o Governo, o Ministério da Fazenda, a Secretaria de Planejamento. O Governo, Executivo e Legislativo, têm que acompanhar a evolução do direito, têm que dar cumprimento às inovações postas na Constituição. A Lei nº 8.213, de 24.7.91, posterior, portanto, a Lei 8.197, de 27.6.91, objeto desta causa (par. único do art. 4º), a Lei 8.213, de 24.7.91, art. 128, está no rumo do art. 100 da Constituição, ao dispor, dispensando o precatório:

"Art. 128 - As demandas judiciais que tiverem por objeto as questões reguladas nesta Lei, de valor não superior a Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) obedecerão ao rito sumarís-simo e serão isentas de pagamento de custas e liquidadas imediatamente, não se lhes aplicando o disposto nos artigos 730 e 731 do Código de Processo Civil."

Não é possível, Sr.Presidente, raciocinar com normas incondizentes com a disposição constitucional nova. Normas orçamentárias deverão ajustar-se à Constituição, e não a Constituição ajustar-se às normas orçamentárias. A regra inscrita no art. 128, da Lei 8.213, mencionada, está ajustada ao art. 100 da Constituição, ao dispensar o precatório, estabelecendo a imediata liquidação do crédito não superior a um milhão de cruzeiros.

Aqui vai uma crítica: a Fazenda paga, imediatamente, créditos decorrentes de contrato, créditos de empreiteiros, de comerciantes, de empresários; ela, Fazenda, sabe como pagá-los, como prevê-los, orçamentariamente. Agora, quando se trata de pagamento decorrente de sentença judicial, coisa muito mais séria, quando se trata de crédito de natureza alimentícia, decorrente de sentença judicial, ela não sabe como liquida-lo, de forma imediata, como prevê-lo, orçamentariamente. Ora, Sr.

Carlos Velloso



Presidente, não serei eu, juiz, que nunca fui administrador, que iria ensinar ao Governo como proceder.

Tenho como relevante o fundamento da inicial. O periculum in mora foi muito bem demonstrado pelo Sr. Ministro Relator. Como poderão subsistir os que dependem desses créditos para se alimentar? Refiro-me, evidentemente, a alimentos no seu sentido genérico, jurídico; alimentos, nesse sentido, não representam, simplesmente, o arroz e o feijão que alguém consome nas suas refeições.

Peço vênica aos Srs.Ministros Néri da Silveira e Ilmar Galvão, para deferir a medida cautelar, exatamente como fez o Sr.Ministro Relator. Adulmo



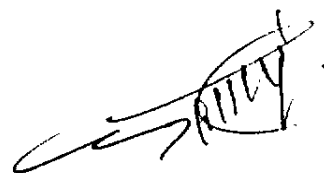
28.11.1991.

TRIBUNAL PLENO

174

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 571 - DISTRITO FEDERAL
(Medida Liminar)

V O T O



01693010
05550000
05713050
01400830

O SENHOR MINISTRO SYDNEY SANCHES (PRESIDENTE - TE): -

Estou convencido da extrema relevância da fundamentação jurídica da inicial.

Vejo, porém, o requisito do "**periculum in mora**", sob dois ângulos: o perigo de suspender a norma impugnada e o de não suspendê-la. Não a suspendendo, talvez alguns possam ser atingidos; suspendendo-a, muitos serão afetados, porque não haverá ordem alguma a ser observada. Sabemos, como disse o Ministro ILMAR GALVÃO, que isso abre as portas para a corrupção, o protecionismo, o favoritismo, o que contraria os interesses superiores da Justiça.

A norma, que veio a impor o precatório, é de alta sabedoria; e a exceção, que se impôs agora e também é sábia, deve, ao que parece, em exame superficial, ser regulamentada, para que se saiba como ocorrerão os pagamentos.

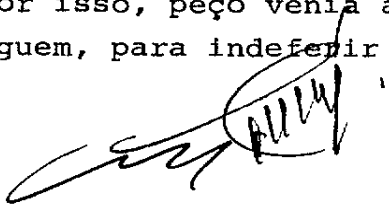
Como deve se comportar o Poder Público, em face dessa exceção, isto é, os precatórios de dívida alimentícia terão uma ordem própria, uma verba própria, que não competirá com a das outras dívidas da Fazenda Pública? Mas entre si, - as dívidas alimentícias - não de estar sujeitas a uma ordem, para efeito de pagamento porque, se não for assim, uma preterirá a outra. Conhecemos o que acontece neste País, quan



do se dá a oportunidade a alguém de passar à frente de outrem, pela influência que possa exercer.

Entre esses dois perigos, fico, pois, com aquele que me parece um perigo menor. Pelo menos temporariamente, até um exame mais aprofundado da questão de mérito.

Por isso, peço vên^{ia} ao eminente Ministro Relator e aos que seguem, para indeferir a medida cautelar.



Supremo Tribunal Federal

28.11.91

TRIBUNAL PLENO

176

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Nº 00005715/600

V O T O

01693010
05550000
05713060
01550970

O SENHOR MINISTRO CELSO DE MELLO - Adstrinjo-me, nesta fase de mera delibação, sem prejuízo do relevo jurídico da questão e das graves apreensões que o tema sugere e estimula, a um juízo de conveniência, que recomenda, neste momento - até ulterior definição da matéria pelo Supremo Tribunal Federal - o indeferimento da suspensão cautelar do ato impugnado.

Entendo que o deferimento da medida cautelar postulada teria o condão e o grave efeito de gerar situação indiscutivelmente perturbadora da regularidade financeiro-orçamentária do Poder Público e da preservação da boa ordem administrativa do Estado, além de configurar, potencialmente, circunstância vulneradora, até mesmo, dos princípios da igualdade e da moralidade administrativa, de que a regra inscrita no art.100 da Lei Fundamental constitui benéfica projeção concretizadora.

Assim, com a vênica do eminente Relator, indefiro o pedido.



/jdm.



28/11/91

TRIBUNAL PLENO

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
FEDERAL

Nº 571-. DISTRITO

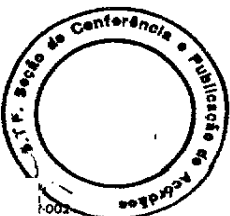
01693010
05550000
05713070
01541040

V O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Senhor Presidente, o sistema de precatórios, instituído pela Constituição de 1934, dispensa os elogios que lhe faria - e ele acaba de receber o elogio mais competente, mais documentado e mais brilhante do eminente Ministro Celso de Mello. Não há dúvida de que representou, em 1934, nos tempos saudosos de uma moeda relativamente estável, um progresso notável, sobretudo em termos de moralidade administrativa.

Mas, Senhor Presidente, se, nesses termos, foi um progresso, a nossa crônica convivência com a inflação frustrou outro sentido - e um sentido primordial - de todo o processo de execução, que é converter em realidade a ordem judicial.

A Constituição de 1988 não rompeu, nem poderia romper, radicalmente, com o sistema porque não tinha como fazê-lo. Mas dele excetuou aqueles casos que a experiência da convivência do precatório com a inflação fizera mais dramáticos, para não dizer trágicos: a dos créditos alimentares, a mentira que significa a vitória de uma pequena causa, sobretudo da causa que cuida da inadimplência do pagamento da força de trabalho prestada ao Estado.

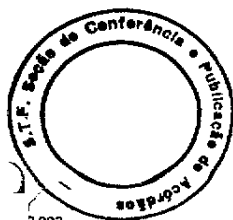


Senhor Presidente, por mais que leia e releia o artigo 100 da Constituição, não consigo chegar à outra conclusão do que aquela a que chegou, no parecer citado na petição inicial, o filólogo Antônio Houaiss: quando um dispositivo começa por excetuar determinado assunto e, a partir daí, regula o que resta, significa apenas que não regulou a primeira matéria. Ora, o que faz a lei federal ora questionada? Simplesmente, toma da Constituição, como se a tivesse regulado, a disciplina do restante e a aplica àquilo que a Constituição excetuou e tornou imune à regulamentação que deu aos créditos em geral, que não aos de natureza alimentar.

É manifesto, **data venia**, Senhor Presidente, que não satisfaz, à inspiração dessa exclusão constitucional dos créditos alimentares, de toda disciplina do artigo 100, a mera criação de duas ordens de precatórios. E não a satisfaz, nem podia satisfazê-la uma lei, que subordina a satisfação dos créditos de natureza alimentar, ao que há de mais iníquo e mais perverso no sistema de execução por precatório: o tempo corrido entre a expedição do precatório e o pagamento.

Senhor Presidente, voto agora de improviso, e de improviso votei em 24 de maio de 91 na Ação Direta 47, mas continuo absolutamente convencido da substância do voto que então proferi em que, depois de pedir vênia ao eminente Ministro Octavio Gallotti, que então presidia a Sessão e aos que o acompanhavam, aderi ao voto do eminente Ministro Carlos Velloso, dizendo:

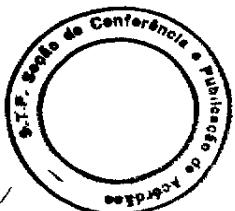
"A meu ver, a exceção, posta no início do



art. 100, visou a afastar tudo o que, na disciplina do sistema normal de precatórios que se lhe segue é incompatível com a prioridade, que é o objetivo óbvio da regra discutida, da satisfação dos créditos de natureza alimentar. Creio que é incompatível o sistema de precatório com a norma constitucional invocada. Não é incompatível, obviamente, com o que o Ministro Celso de Mello acaba de chamar da concorrência interna entre os créditos da mesma categoria, no caso específico, a concorrência interna dos créditos de natureza alimentar.

Creio que há implícito, no art. 100, a exigência de dotação orçamentária, calculada, segundo os métodos normais de previsão da despesa, bastante a suportar o pagamento, na ordem de sua apresentação, das requisições judiciais para satisfação de créditos alimentares."

"É também óbvio, Senhor Presidente" - dizia eu - "talvez por ser um mundo que ignoro, e em que V.Exa. transita com tanta sabedoria - o do Direito Orçamentário -, que não afasto de plano a necessidade de legislação que viabilize o novo sistema. Parece-me, porém, que preservar simplesmente o sistema do precatório é esvaziar a norma constitucional de prioridade dos créditos alimentares.



(...)

Isso é um problema que teria que examinar oportunamente, mas que em nada afeta o meu juízo de que nem o Direito Ordinário anterior foi recebido, nem é possível submeter os créditos alimentares ao sistema constitucional de precatórios para pagamento até o final do exercício seguinte, com reajustamento apenas em julho do exercício-base: tudo isso é que me parece que se tornou incompatível com o sentido fundamental da norma constitucional, que foi não apenas a prioridade, mas a rapidez, à vista da necessidade pressuposta do pagamento do crédito alimentar.

Obviamente, se a Constituição não recebeu direito anterior, por isso também não autorizou o decreto questionado."

0 Referia-me, então, a um decreto do Governador de São Paulo, objeto da Ação Direta 47, que é, em substância, exatamente a antecipação da lei federal que ora se discute.

Naquele caso, tratava-se de julgamento de mérito, por isso julguei procedente a ação.

Aqui se cuida de pedido liminar; a relevância da arguição, com as vênias do Ministro Néri da Silveira, parece-me

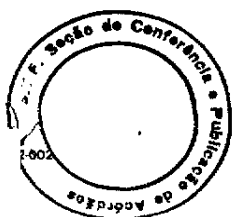


gritante, ululante mesmo. Impressionou-me, é certo, o quanto já se disse de que a suspensão não resolveria. De fato, ela apenas afasta a vigência do parágrafo questionado e, como disse no meu voto na ADIn 47, não há outra lei vigente, compatível com a Constituição. Não estou convencido, **data venia** daqueles que me acompanham, convencido que o sistema da Constituição imponha o que se tem chamado de "**pagamento à boca do cofre**", que não existe sequer no Processo Civil - para execução entre partes privadas e que é, de todo, incompatível com a complexidade da execução orçamentária estatal. Mas, o raciocínio do eminente Relator pode afastar o **periculum in mora**, no sentido ortodoxo do termo, mas, a meu ver, não afasta - e esse é um progresso que o Tribunal assumiu - a conveniência da suspensão.

O que há de urgente, para a missão deste Tribunal, é a efetividade da Constituição e, conseqüentemente, a edição de regulamentação legal compatível com a Constituição. A minha experiência como cidadão brasileiro - e não é um fenômeno brasileiro - é que a forma melhor de frustrar a inovação constitucional é, simplesmente, protrair, a título de que ainda é melhor assim, o momento da sua efetivação.

Estou convencido de que deixar vigente essa lei, ao fundamento de que "**pior será sem ela**", é abrir o caminho para a solução acomodatória de protrair, indefinidamente, a efetividade da Constituição.

Por esses fundamentos, peço vênias aos votos que dele dissentem para acompanhar o eminente Relator, deferindo a liminar.



AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (LIMINAR)

Nº 00005715

28.11.91

DISTRITO FEDERAL

TRIBUNAL PLENO

01693010
05550000
05713080
01521130

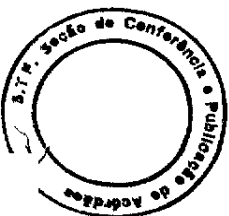
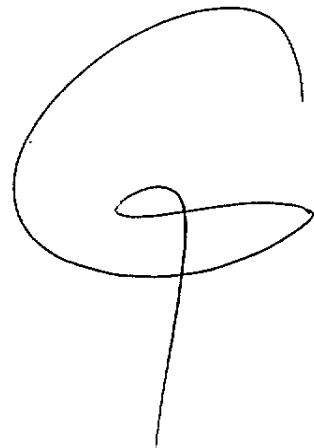
V O T O

O SR. MINISTRO CÉLIO BORJA: - Sr. Presidente,
indefiro o pedido de cautelar.

*

*

*



Ana

28.11.91

TRIBUNAL PLENO

183

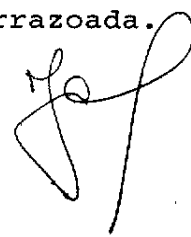
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 571 - DISTRITO FEDERAL
(Medida Liminar)

V O T O

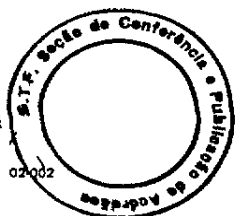
O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES: - O mérito da questão que ora se apresenta está sendo julgado em ação direta em que não se requereu medida liminar.

Observo que, se é certo que essa questão jurídica é relevante, não me parece que ocorra, no caso, o periculum in mora, até porque não há qualquer dano irreparável em manter, até o julgamento definitivo, o sistema previsto nesta lei, o qual dá uma orientação que não é desarrazoada.

Assim, indefiro o pedido.



01693010
05550000
05713090
01281260



EXTRATO DA ATA

ADIn nº 571-5 - DF (medida liminar)

Rel. Min. Marco Aurélio. Repte.: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (Advs.: Reginaldo Oscar de Castro e outros). Reqdos.: Presidente da República e Congresso Nacional.

Decisão: Após o voto do Relator, deferindo a medida cautelar para suspender a eficácia do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.197, de 27.06.91, pediu vista dos autos o Ministro Néri da Silveira. Plenário, 06.11.91.

Decisão: Por maioria de votos, o Tribunal indeferiu o pedido de medida cautelar, vencidos os Ministros Relator, Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence, que a deferiam, para suspender a eficácia do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 8.197, de 27.06.91. Votou o Presidente, antecipando o seu voto, pela necessidade de se ausentar. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moreira Alves. Procurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva, substituto, na ausência ocasional do Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Plenário, 28.11.1991.

01693010
05550000
05714000
00001340

Presidência do Senhor Ministro Sydney Sanches. Presentes à sessão os Senhores Ministros Moreira Alves, Néri da Silveira, Célio Borja, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio e Ilmar Galvão. Ausentes, justificadamente, os Senhores Ministros Octavio Gallotti e Paulo Brossard.

Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira Alvarenga.


LUIZ TOMIMATSU
Secretário

